

REFLEXÕES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DA BNCC

Giovanna Santana Sousa 1; Claudionor Alves da Silva 2

1 Universidade Estadual da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 20220008@uesb.edu.br

2 Universidade Estadual da Bahia, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização Inicial, claudionor.silva@uesb.edu.br

Introdução

A alfabetização no Brasil ainda é uma pauta emergente, primeiro porque tem sido um desafio alfabetizar todas as crianças, ao longo das últimas décadas e, segundo, porque as iniciativas não têm dado o retorno esperado. Os dados de avaliações em larga escala, como do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), têm evidenciado nos últimos anos índices significativos de estudantes que não alcançaram o nível de proficiência adequado em leitura e em escrita para sua idade e etapa de escolaridade.

No ano de 2023 os dados revelam um cenário preocupante, evidenciando importantes desafios enfrentados no processo de alfabetização brasileira. Entre os destaques, há os indicadores de que apenas 49,3% das crianças do 2º ano do Ensino Fundamental, da rede pública, estavam alfabetizadas, revelando que mais da metade dos alunos não atingiram os níveis esperados de leitura e escrita para essa fase (Inep, 2024). No 5º ano do ensino fundamental, destaca-se uma concentração de 39,9% desses estudantes nos níveis mais baixos de proficiência em Língua Portuguesa (Inep, 2024). Esses dados reforçam a persistência das defasagens educacionais e a necessidade de intervenções mais eficazes no processo de alfabetização.

De acordo com a divulgação pelo Ministério da Educação, houve um avanço significativo nos anos de 2024 e 2025, pois o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) revela que 66% das crianças estavam alfabetizadas ao fim do 2º ano do Ensino Fundamental, indicando que o Brasil superou a meta de alfabetização estabelecida para 2025. Esses resultados confirmam uma trajetória de avanço iniciada em 2023 e reflete o esforço coordenado entre União, estados e municípios na implementação de políticas voltadas à alfabetização (Brasil, 2025). Embora os dados revelem a superação de metas e ou avanços, os índices ainda estão distantes do desejado, que é a alfabetização de todas as crianças.

Diante desse contexto, faz-se necessário saber se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto documento norteador tem contribuído para a melhoria do processo de alfabetização e em que ela representa um avanço em relação aos aspectos teórico-metodológicos. Este trabalho insere no contexto de uma pesquisa em andamento, intitulada Alfabetização inicial: um estudo das relações entre os referenciais teórico-metodológicos e as práticas pedagógicas e tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca do processo de alfabetização proposto pela BNCC, no que se refere às contribuições para esse processo, considerando que ela tem sido vista como possibilidade para reverter o quadro caótico da alfabetização no contexto brasileiro.

A metodologia, de cunho qualitativo, pautou-se na análise documental, tendo como principal fonte, o documento texto da BNCC, nos itens que se referem à Educação Infantil e o Ensino Fundamental. De modo mais específico, a análise centrou nas questões relacionadas à transição e ou articulação entre Educação Infantil e o Ensino Fundamental e no item que se refere à alfabetização. Nesse sentido, buscou-se compreender as orientações e práticas de ensino voltadas ao desenvolvimento da leitura e da escrita no âmbito das práticas de linguagem.

Marco teórico

A Base Nacional Comum Curricular, documento que define o conjunto de competências, habilidades e aprendizagens essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem desenvolver, é um documento orientador, com o propósito de reverter tal situação ao estabelecer uma base comum de aprendizagens essenciais. Em sua introdução, o documento assinala que

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018, p. 7).

Vale lembrar que a BNCC já teria sido prevista desde a Constituição Federal de 1988 quando, em seu Artigo 210 indicou que deveriam ser “[...] “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1988). Fundamentada nesses preceitos, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, Lei 9394/1996 determina que “os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada [...]” (Brasil, 1996).

No que se refere às práticas de linguagem, a BNCC adota o texto como unidade de ensino e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

Nesse sentido, o ensino da linguagem escrita, desde sua fase inicial, integra a alfabetização e o letramento com o intuito de promover uma educação que capacite os alunos a se tornarem leitores e escritores competentes de textos orais e escritos.

A questão da alfabetização, nessa perspectiva, não se restringe à técnica de apropriação do sistema de escrita. Mais do isso, é preciso promover também o letramento das crianças; desenvolver práticas de linguagem na escola, de modo que essas crianças tornem usuárias da leitura e da escrita como práticas sociais. Isso para reverter o quadro caótico da alfabetização no país, pois conforme constatado, “o fracasso em alfabetização e letramento concentra-se nas escolas públicas, onde estão as crianças das camadas populares, exatamente aquelas que mais dependem da educação para ter condições de lutar por melhores condições de vida econômica, social, cultural” (Soares, 2020, p.12).

A adoção dos termos alfabetização e letramento, enquanto processos indissociáveis, reporta a Soares (2020, p. 27), para quem a alfabetização é “[...] processos de apropriação da ‘tecnologia de escrita’, isto é, do conjunto de técnicas-procedimentos, habilidades-necessárias para a prática da leitura e da escrita”. Em contrapartida, o letramento é compreendido como “[...] capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita.” (Soares, 2020, p. 27). Assim, o domínio do código (alfabetização) só se torna significativo quando integrado ao uso social e cultural da escrita (letramento).

A partir dos pressupostos apresentados pela BNCC, acerca da educação infantil e ensino fundamental, é proposta uma articulação entre essas etapas de ensino, de modo que garanta a “integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças” (Brasil, 2018, p. 53). Com a transição ou a articulação entre essas etapas, evidencia-se um propósito de fortalecimento da garantia a todos as crianças do direito de suas aprendizagens, a promoção da qualidade do ensino e a redução das desigualdades educacionais no Brasil.

É preciso destacar que na educação infantil, o foco não é a alfabetização formal, mas o desenvolvimento integral da criança, de modo que ela seja a protagonista do processo. A aprendizagem nessa fase está estruturada em interações e brincadeiras a serem desenvolvidas cinco campos de experiências e que garantam a aprendizagem de seis direitos: conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Embora a alfabetização não seja o foco, entre os objetivos das aprendizagens, observam-se objetivos que contribuem para o aprendizado do sistema de escrita como: “Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa”; “Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea” (Brasil, 2028, p. 50).

Com relação a essa temática, Morais (2012, p. 116) afirma que

[...] a escola pública precisa iniciar no final da educação infantil, um ensino que permita às crianças não só conviver e desfrutar, diariamente, de práticas de leitura e produção de textos escritos, mas refletir sobre as palavras, brincando, curiosamente, com sua dimensão sonora e gráfica.

Essas atividades na educação infantil podem ser realizadas no campo de experiência que trata da “escuta, fala, pensamento e imaginação”, que tem como foco o desenvolvimento da linguagem e do pensamento. Por meio desse campo de experiência, busca desenvolver a oralidade, expandir o vocabulário e estimular o imaginário da criança. É o momento propício para investir no ensino do sistema de escrita e, mais do que isso, contribuir para o desenvolvimento da capacidade comunicativa dos estudantes.

O desenvolvimento das atividades de linguagem nessa perspectiva, desde a educação infantil, sem dúvida, não só consiste naquilo que a BNCC chama de transição, como contribui para o processo formal de alfabetização. No último ano da Educação Infantil e o primeiro ano do Ensino Fundamental é a etapa vista como fase crucial de continuidade e aceleração das aprendizagens. As atividades pedagógicas nesse momento devem ter como intuito a alfabetização, garantindo assim, diversas oportunidades, para que, os alunos possam se apropriar do sistema de escrita alfabética. Vale lembrar, conforme Morais (2012, p. 123) que

a escrita alfabética não é um código de transcrição da fala, como ainda concebem alguns. Ela é um objeto de conhecimento em si um sistema notacional, e seu aprendizado requer que o estudante foque palavras e partes de palavras. Sendo mais explícitos: para compreender o alfabeto e aprender suas convenções o principiante precisa “partir” o signo linguístico, esquecer, provisoriamente, o significado e focar, de forma muito especial, o significante (oral e escrito).

Essas aprendizagens devem ser consolidadas até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, conforme atesta a BNCC:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao

desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (Brasil, 2018, p. 59).

É necessário enfatizar, que o documento aborda a alfabetização e o letramento como dois conceitos distintos, porém interligados e indissociáveis, como afirma Soares (2020). Compreende a alfabetização como um processo de apropriação do sistema de escrita alfabética e o letramento vai muito além do domínio do código, pois se refere ao uso social da leitura e da escrita. É a capacidade de usar a escrita para interagir e se comunicar de forma eficaz em diferentes contextos da vida. Segundo Soares (2022), esses dois aspectos, nas ações pedagógicas devem ser trabalhos simultaneamente.

[...] apropriar-se do sistema alfabético exige uma aprendizagem linguística e cognitiva específica a esse objeto, portanto, um ensino específico, com base em ciências linguísticas, enquanto usar o sistema alfabético para escrever textos supõe uma aprendizagem de natureza fundamentalmente diferente, com base em outros fundamentos [...]. É claro que um alfabetizador não pode se contentar com a aprendizagem do sistema de escrita pelas crianças, deve fazer delas leitoras e produtoras de textos, mas para isso tem de avançar para além do alfabetizar, do ensinar a ler e a escrever, mas simultaneamente letrar, ensinar a ler e interpretar textos e a produzir textos.

A BNCC contribui para o cumprimento do desafio de alfabetizar as crianças e propõe para melhorar a qualidade desse processo quando se organiza o trabalho pedagógico

[...] em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar (Brasil, 2018, p. 58/59).

Com base no exposto, o trabalho com as práticas de linguagem (a oralidade, a leitura e a escrita) são elementos cruciais para a aprendizagem de crianças no processo de alfabetização. A oralidade é uma base para a consciência fonológica; a leitura, por sua vez, permite à criança não só a decifrar códigos, mas também entender a função social da escrita, e a escrita consolida o aprendizado adquirido. Portanto, a BNCC defende um processo de aprendizado em que a criança faz uso da linguagem para se comunicar com o mundo, construir seu conhecimento e se tornar um leitor e escritor autônomo.

Nesse sentido, é preciso lembrar que a indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento, conforme o proposto, se dá, no contexto da prática pedagógica, na média em que se assume a centralidade do

[...] o texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (Brasil, 2018, p. 67).

Tomar o texto, desde o período inicial da alfabetização, como unidade de trabalho da linguagem, é, sem dúvida, desenvolver práticas simultâneas com o foco tanto no processo de alfabetização quanto no de letramento. Isto é, trabalham-se as questões referentes ao ensino do

sistema de escrita alfabética, ao mesmo tempo em que se trabalham a leitura e a escrita numa perspectiva discursiva, considerando, assim, os efeitos de sentido e as condições de produção dos textos. Tratar, portanto, a leitura e a escrita como um processo discursivo, é tratar de um processo complexo de atribuição/construção de sentido, que nada tem de mecânico (Koch, 2003a e 2003b). Portanto, a leitura e a escrita não devem ser praticadas apenas como um processo de decodificação e codificação mecânicas.

O trabalho com o texto deve considerar as diversas leituras realizadas pelos alunos, avaliando o que faz e o que não faz sentido. Nesse momento, professor e alunos têm a oportunidade de refletirem, analisarem, compreenderem e interpretarem as ideias veiculadas pelo texto, o que corrobora com a abordagem discursiva do ensino da língua. As leituras diversas de um mesmo texto podem ser influenciadas pelo contexto de produção, que está relacionado aos costumes, às regras sociais, às questões econômicas, políticas e sociais. Então, as leituras diversas são devido à interpretação da realidade, conforme a perspectiva pessoal de cada leitor.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma reflexão acerca do processo de alfabetização adotado pela BNCC e teve como foco as contribuições para solucionar o problema da alfabetização no contexto brasileiro. Com base na discussão aqui apresentada, vale destacar dois aspectos abordados pela BNCC, vistos como fundamentais para o processo de alfabetização. O primeiro, trata-se da articulação ou transição dentre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e o segundo se refere à integração entre alfabetização entre o processo de alfabetização e o letramento.

A transição da Educação Infantil, mais especificamente o seu último ano e o primeiro ano do Ensino Fundamental, refere-se ao período ou processo de adaptação que busca a continuidade do trabalho pedagógico entre o lúdico e o acadêmico. Essa transição deve ocorrer de forma gradual e com foco na acolhida das crianças tanto no aspecto emocional quanto no aspecto relacionado à integração curricular, de modo que evite a ruptura brusca. Como aponta a BNCC, esse período é importante para assegurar o desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

A indissociabilidade entre a alfabetização, que se trata da apropriação do sistema de escrita alfabética e o letramento, concebido como o uso da leitura e da escrita como práticas sociais, ocorre, segundo Soares (2020) por meio do “alfalettrar”, ou seja, do ensino do sistema de escrita alfabética no contexto de imersão em práticas sociais significativas. Nesse contexto, privilegia-se os usos sociais da escrita que circula socialmente onde vivem os sujeitos aprendizes.

Outro ponto a destacar na BNCC, que contribui para o processo de alfabetização, se refere ao aspecto teórico-metodológico, ao optar pela perspectiva enunciativa-discursiva da linguagem, visto que, mais do que um sistema de regras, a língua é concebida como uma prática social e interativa. Nesse sentido, os estudantes, enquanto usuários da língua, produzem sentido por meio de enunciados nas diversas situações sócio-históricas e com intenções diversas de comunicação. A sala de aula, portanto, é espaço de interação verbal, que ocorre por meio das trocas comunicativas.

Por fim, convém aqui afirmar que não se pretendeu, neste trabalho, esgotar as possibilidades de análise do processo de alfabetização no contexto da BNCC, pois isso seria muita ousadia. A discussão aqui apresentada trouxe algumas reflexões que podem contribuir com a formação do professor/a alfabetizador/a e, conseqüentemente, com a melhoria da qualidade do ensino na alfabetização. Espera-se, sobretudo, que a revisão das práticas de alfabetização perpasse pela

adoção da proposta de alfabetização em contexto de letramento desde a fase inicial de ensino do sistema de escrita alfabético, conforme expresso pela BNCC.

Palavras-chaves: Alfabetização; Letramento; BNCC.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. 600 p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Inep/Daeb - Indicador Criança Alfabetizada. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-indicador-crianca-alfabetizada-2025-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/alfabetiza-brasil/inep-publica-relatorio-da-pesquisa-alfabetiza-brasil>. Inep, 2024. Acesso em 12, Mar. 2026.
- KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2003a.
- MORAIS, Artur Gomes. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. Desvendando os segredos do texto. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003b.
- SOARES, Magda. Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.
- SOARES, Magda. Magda Soares em entrevista para Cadernos de Educação (UFPel) [Entrevista concedida a] Ana Ruth Moresco Miranda. Cadernos de Educação, Pelotas, n. 66, 2022.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior